

Anistia condena polícias do País

Fotos: Arquivo

Uma das razões é que nos últimos dez anos essas milícias privadas foram responsáveis pela execução de mais de três mil pessoas

Apesar disso, a política de direitos humanos e a tipificação da tortura como crime inafiançável foram elogiadas

Embora elogie algumas iniciativas do governo brasileiro em relação à defesa dos direitos humanos, como a criação da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, o relatório da Anistia Internacional divulgado ontem, em São Paulo, mostra a preocupação da entidade com ação dos grupos de extermínio em pelo menos nove estados. De acordo com a Anistia Internacional, no ano passado, "centenas de pessoas foram mortas pelas polícias

ou por esquadrões da morte vinculados às próprias forças de segurança, em circunstâncias que indicam a possibilidade de execuções extrajudiciais".

Segundo o relatório, os grupos de extermínio têm atuado impunemente em pelo menos nove estados. Como exemplo, a Anistia cita a execução de oito detentos da prisão do Roger (PA) por policiais militares. A Anistia Internacional elogia o fato do crime de tortura ter sido tipifica-

do na legislação penal. Fala ainda do Programa Nacional dos Direitos Humanos lançado pelo governo em 1996, que propõe algumas medidas - que se implementadas, reduzirão a impunidade nas violações do direitos humanos.

O Secretário Nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, ao comentar o relatório da Anistia Internacional disse que pela primeira vez no campo dos direitos humanos uma entidade internacional séria e do porte da Anistia Internacional reconhece um avanço do Brasil no campo dos direitos humanos, principalmente depois da implantação do Programa Nacional dos Direitos Humanos lançado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 1996.

"Com relação aos grupos de extermínio mencionados no relatório da Anistia, posso dizer que em todos os estados onde houve

denúncia da atuação de esquadrões da morte foram criadas subcomissões para investigar e punir os responsáveis pela barbárie. Mas temos informações que o rosário de execuções que eram comuns em alguns estados aconteciam antes de 1996", disse Gregori.

Nos últimos 10 anos, os grupos de extermínio foram responsáveis pela execução de pelo menos três mil pessoas. A estimativa é de um procurador geral da República, com base em levantamentos que recebeu de grupos de direitos humanos que denunciam as atividades de pistoleiros em seus estados. Uma parte das vítimas foi encontrada mutilada: corpos carbonizados, braços e pernas serrados e cabeças arrancadas. Em alguns casos, as vítimas sofrem - antes das execuções - requintes de tortura como lábios cerrados por cadeado.



GREGORI: "Pela primeira vez a Anistia reconhece um avanço"